

ANTÓNIO PINHEIRO E OS SEUS IN TERTIUM M. FABII QUINTILIANI LIBRUM COMMENTARII (1538) *

Quando, em 1538, sai dos prelos parisinos de Michel Vascosan a edição comentada da *Institutio Oratoria* de Quintiliano, apresenta-se como grande novidade, logo proclamada no frontispício, o comentário de António Pinheiro ao livro III, honrosamente colocado a par dos trabalhos já conhecidos e prestigiados de Petrus Mosellanus e Joachim Camerarius¹.

Depois da edição *princeps*, feita em Roma por Campana em 1470, os trabalhos filológicos sobre o autor latino sofrem tal incremento que, entre comentários, *castigationes*, edições completas e parciais, em 1538, Quintiliano já tinha sido publicado mais de 40 vezes. António Pinheiro tinha, por conseguinte, ao seu dispor uma vasta bibliografia crítica, em que avultavam os comentários de Lorenzo Valla, Giorgio Merula, Petrus

* Texto apresentado no Congresso Internacional “Quintiliano: Historia y actualidad de la Retórica”, Madrid-Calahorra, 14-18 de Novembro de 1995.

¹ *M. Fabii Quintiliani, Oratoris eloquentissimi, Institutionum Oratoriarum Libri XII, singulari cum studio tum iudicio doctissimorum uirorum ac fide uetustissimorum codicum recogniti ac restituti. Eiusdem Declamationum Liber. Additae sunt Petri Mosellani uiri eruditi Annotationes in septem libros priores, & Ioachimi Camerarii in Primum et Secundum. Quibus & accessit doctissimus Cōmentarius Antonii Pino Portodemaei in Tertium, nunc recens editus*, Parisiis, Ex officina Michaelis Vascosani, M. D. XXXVIII. Servimo-nos do exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa (Res. 711 A). Sobre a evolução dos estudos retóricos em Portugal nesta época vd. CASTRO, Aníbal Pinto de — *Retórica e teorização literária em Portugal do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973 e, do mesmo autor, *La Poétique et la Rhétorique dans la pédagogie et dans la littérature de l'Humanisme portugais*, «L'Humanisme Portugais et l'Europe», Paris, FCG/CCP, 1984, pp. 699-721.

Mosellanus, Joachim Camerarius e Raffaele Regio, o comentador mais em voga na época, com 14 edições antes de 1536².

Mas, se Quintiliano suscita o interesse e a admiração de humanistas como Vittorino da Feltre e Lorenzo Valla, se muitos, como Guarino e Regio, aceitam a sua perspectiva beletrística da retórica e a sua concepção moralista do orador, a verdade é que se gera também uma corrente anti-quintilianista mais ou menos violenta, que é possível documentar desde os alvares do *Quattrocento*. Marco importantíssimo no desenvolvimento desta controvérsia foram os *Rhetoricorum libri V* (Veneza, 1433-1434) de Jorge de Trebizonda³, tratado que se tornou um instrumento de combate de primeira ordem na polémica que opunha ciceronianos a quintilianistas⁴. Estas discussões sobre Quintiliano, em estreita correlação com a querela do ciceronianismo, repercutiram-se também na Península Ibérica⁵.

Ora é neste quadro de acesos debates sobre as doutrinas retóricas de Cícero e Quintiliano que surgem os *In tertium M. Fabii Quintiliani librum luculentissimi Commentarii* de António Pinheiro.

² Vd. COUSIN, Jean — *Études sur Quintilien*, t. I-II, Paris, Boivin, 1935-36 (Amsterdam, P. Schippers, 1967) e WARD, John O. — *Renaissance Commentators on Ciceronian Rhetoric*, «Renaissance Eloquence. Studies in the Theory and Practice of Renaissance Rhetoric», Berkeley, University of California Press, 1983, pp. 126-173.

³ Vd. MONFASANI, John — *George of Trebizond: A Biography and a Study of his Rhetoric and Logic*, Leiden, E. J. Brill, 1976, *idem*, *The Byzantine Rhetorical Tradition and the Renaissance*, «Renaissance Eloquence», cit., pp. 174-187, *idem*, *Collectanea Trapezuntiana. Texts, Documents and Bibliographies of George of Trebizond*, Binghamton (NY), 1984, *idem*, *Episodes of Anti-Quintilianism in the Italian Renaissance: Quarrels on the Orator as a Vir Bonus and Rhetoric as the Scientia Bene Dicendi*, «Rhetorica», 10, Berkeley (CA), 1992, pp. 119-138.

⁴ D'ASCIA, Luca — *La retorica di Giorgio da Trebisonda e l'Umanesimo ciceroniano*, «Rinascimento», 29, 1989, pp. 193-216.

⁵ Em 1511, publica-se, em Alcalá, o *Opus Absolutissimum rhetoricorum georgii trapezuntii cum additionibus herrariensis*, escolha que sugere uma orientação e testemunha a recepção do anti-quintilianismo como outros indícios parecem confirmar, vd. MENÉNDEZ Y PELAYO, M. — *Apuntes sobre el ciceronianismo en España, y sobre la influencia de Cicerón en la prosa latina de los humanistas españoles*, «Bibliografía Hispano-Latina Clásica», 10 t., Madrid, C.S.I.C., 1950-53, vol. III, pp. 177-271, MARTI, Antonio — *La preceptiva retórica española en el siglo de Oro*, Madrid, Gredos, 1972 e LÓPEZ GRIGERA, Luisa — *La retórica en la España del siglo de oro*, Salamanca, Ediciones Universidad, 1994, pp. 69-83.

O comentário é precedido de uma carta-prefácio dirigida a Diogo de Gouveia o Velho, principal do Colégio de Santa Bárbara. Trata-se de uma epístola nuncupatória cheia de interesse, tanto pelas informações relativas ao percurso biográfico de Pinheiro, como pela sincera homenagem à acção de Diogo de Gouveia na promoção dos estudos e à política cultural de D. João III, mas, mais ainda, por repercutir muitas das questões suscitadas pelo confronto entre os autores maiores da retórica antiga. Com efeito, António Pinheiro não se coíbe de expressar as suas opiniões sobre Quintiliano, nem os seus juízos relativamente à bibliografia crítica de que dispunha.

Começa, justamente, por conceder a Quintiliano a primazia entre aqueles que se ocuparam da arte retórica; salienta as suas inúmeras qualidades: a exaustividade, a cópia de preceitos, o brilho na expressão, a perícia com que se coloca ao alcance dos principiantes e se eleva ao nível dos mais doutos, satisfazendo com gravidade os ignorantes, com agudeza os entendidos, com zelo os mais exigentes.

No entanto, todo este potencial informativo e formativo da *Institutio* fora anulado pelas adversidades que afectaram a transmissão do texto, ensejo aproveitado para a crítica humanista da ‘barbárie’ dos tempos passados⁶.

A redescoberta do texto completo permitira finalmente suprir as lacunas e desenvolver o trabalho de restituição filológica. António Pinheiro destaca o labor de Lorenzo Valla, Ermolao Barbaro e Angelo Poliziano; dos mais recentes indica apenas Raffaele Regio que, se corrigiu algumas coisas, outras alterou para pior, outorgando aos erros a sua autoridade⁷. Esta homenagem às figuras maiores do quintilianismo, recordação nostál-

⁶ «(...) impetum multorum mendarum frequentia inhibet, lectionem remoratur obscuritas, professores difficultas retardat. Eas plagas, superiorum temporum barbaries iniecit Fabio, ut non mihi degenerasse ab illo uetere, sed in aliam quandam speciem uideatur esse translatus. Nec temere ullum reperias scriptorem, in quem sibi plus indocti permiserint, quem uitiarint foedius, quem turpius loco mouerint. Subiit aliorum aleam, sed maiore et dispendio sui et studiorum iactura. (...) Quoties frigidus sensus, contortas sententias, hiulca membra, dissitas partes, male descripta praecepta ostendimus, toties exulceratur dolor, et ueteris iniuriae obseruatur animo recordatio.», fl. Iv.

⁷ «In hoc ordine principem locum obtinet Valla (...) Illum secutus est Hermolaus, Angelus Politianus alique eruditi, quorum magnum prouentum ea aetas tulit. Successit Raphael, qui castigauit nonnulla, quaedam uertit in deterius et prauis auctoritatem dedit.», fl. Iv.

gica da época heróica do humanismo, oferece um programa; por sua vez, a crítica dura a Regio sugere desencanto relativamente aos representantes mais recentes do humanismo italiano, como que insinuando o acerto das opções de Gouveia e de D. João III.

Se, durante o século XV, o destino comum dos bolseiros portugueses era a Itália, com Diogo de Gouveia o Velho inaugura-se uma nova orientação que prefere a formação teológica oferecida pelas universidades de Paris e Lovaina. Já no tempo de D. Manuel, dezenas de estudantes portugueses frequentam os gerais parisienses, mas só no reinado de D. João III se formula e executa um verdadeiro programa de promoção dos estudos. Ora, como proclama António Pinheiro neste prefácio, a elaboração dessa política cultural deve, de facto, em grande parte ser creditada à acção de Diogo de Gouveia.

Embora de origens humildes, Pinheiro foi, pois, um dos primeiros beneficiários da generosidade régia; acompanhado de outros jovens bolseiros, como Diogo de Teive e João da Costa, deixa Portugal, prestando em 1527 juramento na Universidade parisiense.

Terminados os estudos humanísticos e filosóficos, António Pinheiro passa a integrar o corpo docente do Colégio, vindo inclusivamente a desempenhar cargos de direcção. A Diogo de Gouveia agradece a sua vinda para Santa Bárbara, a protecção recebida, a escolha criteriosa dos mestres, destacando nestes Jacques-Louis Strébée, filólogo conhecido pelas suas edições, comentários e traduções e ainda pelo *De electione*, tratado de retórica baseado no seu comentário ao *Orator*⁸.

Sucedendo a Strébée como mestre de retórica em Santa Bárbara, nem por isso Pinheiro se mantém na função por muito tempo; ainda nesse ano de 1538 troca o ensino da retórica pelos estudos teológicos, satisfazendo por certo os desejos de Gouveia e iniciando uma carreira eclesiástica que virá a confirmar as esperanças do seu mecenas.

⁸ «Delegisti Iacobum Lodoicum, uirum singulari uirtute, iudicio, eruditione, in cuius disciplinam cum ipse me dedissem, ille et mores collocasset in tuto et solidae eruditionis uatico munisset. (...) postremo ne quod temporis punctum tuis beneficiis esset uacuum, ad erudiendam tuam iuuentutem inuitasti, et amplissimo tui gymnasii ordini praefecisti.», fl. Iv. Strébée no *De electione et oratoria collocacone uerborum libri II* (Paris, Michel Vascosan, 1538) reprova o ciceronianismo radical, vd. MEERHOFF, Kees — *Rhétorique et Poétique au XVIe siècle en France. Du Bellay, Ramus et les autres*, Leiden, E. J. Brill, 1986, pp. 49-64 e 349-358.

Em 1541 António Pinheiro tinha já regressado a Portugal para ocupar os cargos de capelão, pregador régio e mestre dos moços fidalgos. Apesar das inúmeras funções que desempenha, nesta década Pinheiro traduz Plínio, redige um *Tratado da eloquência da língua portuguesa*, o opúsculo *Da criação dos príncipes* e ainda as *Grammaticae exercitationes*, obra de inspiração quintilianista oferecida à Infanta D. Maria, que viria pouco depois a casar com Filipe II⁹.

Depois da carta-prefácio vêm os *In tertium M. Fabii Quintiliani librum luculentissimi Commentarii*. Seguindo, passo a passo, a ordem dos treze capítulos — mais dois do que nas edições actuais já que o capítulo sexto é dividido em três —, Pinheiro concede igual atenção a todo o livro: o capítulo VI, mais longo e difícil, merece vinte e uma páginas de comentário, seguindo-se-lhe em extensão os caps. VIII, VII, V e I.

A paráfrase do texto latino é a estratégia mais frequente, exercício retórico de reescrita, cujo valor literário e pedagógico António Pinheiro realçará também nas suas *Grammaticae exercitationes*, onde apresenta como modelares neste género os comentários de Erasmo in *Nouum Instrumentum* e de Melanchthon in *orationem pro Marco Marcello*.

O comentário obedece a duas preocupações maiores: esclarecimento do pensamento retórico de Quintiliano com o rastreio das fontes e confronto permanente com as doutrinas retóricas dos restantes autores greco-latinos; aproveitamento sistemático da exemplificação oferecida pelo autor latino.

No cap. I, Pinheiro recorda brevemente a concepção ‘literaturizada’ da retórica e o conceito moralista do orador¹⁰, explicando que Quintiliano

⁹ *Grammaticae exercitationes recens natae in D. Mariae Augustae inuicti regis filiae gratiam*, Biblioteca Nacional de Madrid, ms. 6498; trata dos exercícios retóricos que competem ao gramático, é que «sine ratione dicendi, id est, rhetorica, loqui latine fortasse poteris, eloqui certe non poteris»; além de Quintiliano, Pinheiro recorre a outros autores como Hermógenes e Afónio, vd. GOMEZ IGLÉSIAS, Agustín — *Una lección de latín en el siglo XVI. El ms. 6498 de la Biblioteca Nacional*, «Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos», 55, 1949, pp. 5-55.

¹⁰ «hanc constituerit definitionem, rhetoricam esse scientiam bene dicendi. (...) Ergo quoniam definitionem rhetorices (...) ratione collegit, deinde finem esse docuit bene dicere, qui nec esset in euentu, ut persuadere, nec aliquid euentus includeret, ut apte ad persuadendum dicere, nec munus unum duntaxat aut alterum complecteretur, ut facultatem esse inueniendi, nec falsum aliquid includeret, ut artem esse imponendi, sed qui intra oratoris scientiam situs, et uirum bonum ostenderet, et materiae honestatem et dicendi uirtutem contineret, utpote bene dicere.», fl. 2r.

associara a arte à virtude *more Stoicorum*, ideia que Cícero também partilharia no III livro do *De oratore* e nas *Partitiones*; mas se Crasso no *De oratore* exige do orador uma ciência enciclopédica e estende o mais possível o campo da oratória, Quintiliano não impõe tal fardo, basta o domínio da arte aplicada às questões civis.

O comentário à questão das origens e evolução da retórica ilustra alguns procedimentos mais frequentes no trabalho de Pinheiro. Quintiliano escreve: *Nam primus post eos, quos poetae tradiderunt, mouisse aliqua circa rhetoricen Empedocles dicitur* (3.1.8). O comentador explicita a alusão: os oradores de que falam os poetas são Ulisses, Nestor e os oradores anónimos representados por Homero no escudo de Aquiles. Chega-se à decantada questão dos 'inventores' da arte, *vexata quaestio* reconhece o crítico. A cada nome invocado por Quintiliano aduz o testemunho de outro autor antigo, para Empédocles recorre a Diógenes Laércio, para Córax e Tísias cita Marciano Capela, para Górgias transcreve Laércio, para os sofistas usa Aulo Gélio. A breve referência a Cícero motiva um comentário mais estendido de que vale a pena reter a observação feita às obras maiores, os preceitos são aí tratados *grauiter magis quam subtiliter*.

O confronto entre Quintiliano e Cícero é permanente, recorda o *Brutus* para conferir a prioridade dos sofistas no tratamento dos *loci communes*, o *Brutus* e o *De oratore* sobre haver ou não discursos de Péricles e Alcibiades.

No capítulo II, Quintiliano rejeita a ideia ciceroniana da origem política da retórica, criada pelos fundadores de cidades e pelos primeiros legisladores, argumentando com a comprovada faculdade oratória dos povos nómadas. Pinheiro, distinguindo eloquência e arte, observa que Quintiliano não terá compreendido a doutrina ciceroniana, Cícero não nega a universal faculdade da eloquência, afirma sim que a elaboração da arte se processou na vida civil.

Quintiliano no cap. III discute as partes da retórica, sua ordem e sua denominação, indicando os autores que divergem relativamente às cinco partes canónicas; o comentador valoriza a perspectiva ciceroniana da arte fundada no binómio *res/uerba*, realçando a preponderância da *inuentio* e da *elocutio*. Quanto ao quarto lugar da *memoria*, aceita a ordem natural seguida por Quintiliano, recordando, porém que Cícero, nas *Partitiones*, coloca a *memoria* em quinto lugar, o ensaio privado da apresentação pública do discurso exigiria a memorização dos gestos e variações da voz

ajustadas a cada passo da oração, explicação especiosa colhida nos comentários de Strébée.

À distinção de lugares correspondem distintos tipos de ouvintes, donde se segue que à diversidade de lugares e assembleias responde igual número de géneros de orações, aos diferentes tempos do discurso correspondem diferentes géneros de oratória; Pinheiro mostra as fraquezas desta arrumação e as divergências entre Aristóteles e Quintiliano. Bem que desejaria harmonizar as doutrinas dos dois autores, todavia a solução em casos tais não é do agrado do comentador: «subtilitas in tam graui dubitatione mihi non multum placet».

Quanto ao número de géneros, perante o desencontro das opiniões, depois de citar o texto grego da retórica aristotélica, Pinheiro conclui que é mais seguro acolher-se à doutrina dos mestres mais ilustres.

A questão para Pinheiro reveste-se de flagrante actualidade. A tripartição antiga, o cânone clássico, fora infringido por Melanchthon, que acrescentara um novo género, o 'didascálico', género mais próximo da prática literária humanista e, sobretudo, mais adequado à polémica religiosa¹¹. Os manuais de Melanchthon foram, por estes anos, editados em Paris cerca de vinte vezes; Sturm e Latomus progagavam a dialéctica anti-escolástica inspirada em Agrícola e Melanchthon, a inovação do 'género didascálico' ou 'didáctico' era acolhida nas retóricas de Latomus e Ringelberg, contemporâneos de Pinheiro em Paris¹².

¹¹ Nos *Elementa Rhetorices* (Wittenberg, 1531) Melanchthon escreve: «Vulgo tria numerant genera causarum. Demonstratiuum, quo continetur laus et uituperatio. Deliberatiuum, quod uersatur in suadendo et dissuadendo. Iudiciale, quod tractat controuersias forenses. Ego addendum censeo didaskalikón genus, quod etsi ad dialecticam pertinet, tamen, ubi negotiorum genera recensentur, non est praetermittendum, praesertim, cum hoc tempore uel maximum usum in Ecclesiis habeat (...)», vd. KNAPE, Joachim — *Philipp Melancthons Rhetorik*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1993, p. 123.

¹² Vd. VASOLI, C. — *La dialettica e la retorica dell'Umanesimo. "Invenzione" e "Metodo" nella cultura del XV e XVI secolo*, Milano, Feltrinelli, 1968, pp. 278-309 e MILLET, O. — *Calvin et la dynamique de la parole*, Paris, H. Champion, 1992, pp. 113-151. Na *Retórica* de Ringelberg — usamos a edição conimbricense de 1550 — prefere-se a designação 'didáctico': «De genere demonstratiuo. Id duplex est, dialecticum et laudatiuum. Dialecticum est, quod cuiuscumque thematis, aut simplicis, aut compositi naturam demonstrat. Idem et didacticon et methodicon appellatur.», p. 6.

António Pinheiro conhecia a obra de Melanchthon; João da Costa, seu condiscípulo dos tempos de Santa Bárbara, em 1550, a contas com a Inquisição, declara que a *Retórica* ou *Dialéctica* de Melanchthon, encontrada na sua livraria, lhe tinha sido oferecida por aquele seu antigo colega ¹³.

Fiel aos clássicos, o nosso comentador tenta mostrar as fragilidades da nova proposta. Censura os que procuram reduzir ao âmbito dos três géneros de oratória outros tipos de prosa, é que ou se acrescentam todos ou não se acrescenta nenhum, e é patente que há espécies de textos que não podem entrar naquela categoria; mas reputa ainda de mais grave o procedimento enviesado daqueles que separam do género demonstrativo o *didaktikón* ¹⁴.

No cap. V (3.5.3), inicia-se a exposição das doutrinas dos *status*. Para orientação do leitor, Pinheiro fornece um quadro em árvore dos vários *status* segundo as *Partitiones oratoriae*, os *Topica* e o livro III do *De oratore*. Quintiliano, nesta matéria tão agreste e discutida, se depende da *Rhetorica ad Herennium*, de Cícero, Hermágoras e Celso, refere, também, outros nomes e alude, vagamente, a muitos mais. Pinheiro procede do modo habitual, tenta identificar esses autores e desenredar suas espinhosas diferenças terminológicas.

Ao ocupar-se da *laus* e da *uituperatio*, Quintiliano afirma, no cap. VII, a necessidade da adequação do discurso ao *ethos* do público (3.7.23), não seria aconselhável falar de luxo aos velhos romanos nem de

¹³ Diogo de Teive confessou igualmente possuir, em Bordéus, os *Loci communes* e Marcial de Gouveia reconheceu ter convivido com Melanchthon na Alemanha e guardar os seus comentários ao *Pro Marcello* e ao *Pro Archia*; e, em 1550, quando os mestres bordaleses foram presos pela Inquisição, saía a lume em Coimbra a *Retórica* de Ringelberg, editada para uso dos estudantes do Colégio das Artes, logo seguida no ano imediato da publicação da *Dialéctica* anti-escolástica de Trebizonda. Vd. BRANDÃO, Mário — *O processo na Inquisição de Mestre João da Costa*, vol. I, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1944, idem, *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes*, v. I-II, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1948-69 e BAIÃO, António — *O processo desconhecido da Inquisição contra o lente do Colégio das Artes, Mestre Marcial de Gouveia*, «Anais da Academia Portuguesa de História», 9, 1945, pp. 10-45.

¹⁴ «Nec minus mihi uidetur transuersus agi, qui cum hac esset partitione usus, demonstratiuum quod fecerat tertium, in didaktikón secuit, quasi genus ipsum quod partietatur, huic membro posset aptari.», fl. 7r.

frugalidade e parcimónia aos Sibaritas. Pinheiro elucida que se trata de doutrina aristotélica, transcreve os trechos pertinentes do livro I da *Rhetorica* de Aristóteles, e, quanto aos exemplos aduzidos, aconselha a leitura de Poliziano e Erasmo ¹⁵.

No capítulo seguinte, apresentando os preceitos relativos à *deliberatio*, Quintiliano, nota o comentador, segue quase *uerbatim* o livro III da *Rhetorica* de Aristóteles. Pinheiro detém-se no exemplo dado por Quintiliano; no interesse da república, não seria preferível que Cícero queimasse as *Filipicas*? Aconselhar Cícero a implorar a António a sua salvação, aconselhá-lo a queimar as *Filipicas*, observa Pinheiro, eram temas de duas *suasoriae* de Séneca (VI, VII).

A intenção eminentemente pedagógica do comentário, entendido como discurso escolar, marca de forma indelével o seu desenvolvimento, condicionando as estratégias de selecção e valorização do texto. A busca de clareza e o esforço de simplificação, bem como o cuidado preventivo com o desinteresse e a fadiga, não conduzem, todavia, à superficialidade nem escamoteiam as dificuldades.

A obscuridade da matéria, a falta de clareza do autor latino, as suas contradições, constituem um dos tópicos recorrentes em todo o comentário de António Pinheiro.

Logo no prefácio, apresenta os comentários ao livro terceiro como modesto contributo para a clarificação da sua manifesta obscuridade ¹⁶. No cap. I reitera as prevenções de Quintiliano quanto ao tédio que provocará a fastidiosa enumeração das doutrinas dos vários autores, bem assim a ausência de ornato que impedirá a *uoluptas* do leitor.

Justifica a apresentação esquemática das doutrinas dos *status*, método de visualização marcadamente pedagógico, declarando que é assunto tão rebarbativo quanto fastidioso, «(...) quaeres quantum in se habeat difficultatis et taedii, non ignoro. Conabor tamen rei obscurae lucem inferre». Se o debate em torno dos *status* estimulou a subtileza e argúcia dos retores, Pinheiro, no prólogo ao capítulo VI, procura cativar a benevolência do leitor, recorrendo a um tom desprendido de que não está ausente a nota iró-

¹⁵ «uide apud Politianum Miscellaneorum ca. 15 et Erasmus in prouerbio, Mensa Sybaritica.», fl. 24v.

¹⁶ «Proinde in librum tertium, cuius in comperto est obscuritas, commentarios emissi, idem in libris aliis prope diem facturus, qui alienae mihi lucis uidebuntur indigere», fl. lv.

nica: tamanha é a dificuldade, de tal modo Fábio parece confuso que o trabalho do comentador exige o poder de um Hércules, para trazer Cérbero dos infernos, por isso, conclui Pinheiro, «errori detur uenia, si in re tam perplexa quorundam iudicio non satis fecero»¹⁷. Mais adiante (3.6.14-15), Quintiliano afirma que, sem defesa, não há processo, dependendo assim o estado da causa da *depulsio*, para logo a seguir dizer o contrário, como a questão depende da natureza dos assuntos, por vezes, a definição do *status* cabe à *intentio*, observa Pinheiro com graça e finura: «Hic Fabius sic est lubricus et incomprehensibilis, ut elabatur ex manibus, nec inepte ei illud accommodes. Quo teneam uultum mutantem Protea nodo? Ergo sequamur Cyrenes consilium et se in omnia uertenti tenacia uincula, si possumus, contendamus»¹⁸.

A aridez exegética recebe lenitivo na dilucidação dos *exempla* e na actualidade de muitas das questões discutidas. Ao contrário de Quintiliano, que deixa a imitação para o livro X, Pinheiro trata-a demoradamente, alargando-se em símiles e comparações. Rejeita as teses do ciceronianismo mais estreito, que circunscrevia a imitação ao melhor dos autores, a Cícero, e recusa a imitação exclusiva de um único autor: «Etenim ut Zeuxis pictor non ex una puella duxit lineamenta, sic nec orator ex uno trahere potest omnia, sed ex omnibus sequi optima».

O nosso humanista, nesta tormenta terminológica, desenfastia-se com as referências à cultura antiga. Trata a *lex Roscia* e o significado de *ars ludrica*, detém-se na discussão da licitude do fraticídio da irmã que chora um inimigo (lenda dos Horácios e Curiácios), compraz-se na explicação do exemplo de actos lícitos que a lei natural rejeita, aproveitando para uma digressão sobre a Lei das XII Tábuas, discute as origens e a especificidade da *laudatio funebris* e descreve o seu ritual segundo Lívio e Plutarco.

O comentário ao capítulo VII termina com a enumeração das várias espécies de *laus*: louvam-se os deuses, os homens, os animais irracionais e até as coisas inanimadas, como fez Aristides aos Atenienses, Platão à Justiça, Favorino às febres quartãs e Erasmo à Loucura¹⁹.

¹⁷ Parecer idêntico exprime Cousin que reduz este capítulo a subtilezas e mania classificatória, cf. COUSIN, Jean — *Op. cit.*, p. 176.

¹⁸ Cf. VIRGÍLIO — *Geórgicas*, 4. 317-442.

¹⁹ «Laudis argumentum quadruplex est: laudantur dii, homines, muta animalia, ut musca apud Lucianum, serpens apud Philostratum, et sensus expertia, ut urbs, uirtutes ipsae et res etiam infames, ut Aristides Athenienses, Iustitiam Plato, febrem quartis diebus recurrentem Phauorinus, et nostra memoria mwrian Erasmus.», fl. 22r.

É de notar que António Pinheiro apresenta como exemplo moderno de discurso epidíctico, de oração laudativa, o *Moriae encomium*. Em Portugal, o *Elogio da Loucura* motivara em 1531 o *Erasmii encomium* de André de Resende e, cinco anos mais tarde, o *Antimoria* de Aires Barbosa. Mas, se há simpatia erasmiana nos versos do *Antimoria*, é patente que, em 1536, o seu autor adopta, no mínimo, uma estratégia cautelosa. Ora não deixa de ser significativo que, dois anos depois, um protegido do figadal inimigo de herejes e aparentados, Diogo de Gouveia o Velho, faça esta referência exemplar ao *Moriae encomium* justamente na obra que oferece como gesto de gratidão ao seu protector²⁰.

Os autores mais utilizados por António Pinheiro são, como era de esperar, Cícero e Aristóteles. Dos tratados ciceronianos Pinheiro aproveita sobretudo o livro III do *De oratore*, as *Partitiones oratoriae* e os *Topica*, em menor grau o *De inuentione*, o *Orator* e o *Brutus*; e por fim a *Rhetorica ad Herennium*, que, aliás, Pinheiro não atribui ao Arpinate.

Se é patente a omnipresença de Cícero, já inscrita no texto de Quintiliano, a *Retórica* de Aristóteles, sobretudo o livro I e, em menor extensão, o livro II, afigura-se como o intertexto básico do comentário, seja pela sua constante solicitação, seja pelo acolhimento que lhe é concedido sob a forma da citação.

Os restantes retores gregos e latinos, apesar da dívida de Quintiliano a Hermágoras e Celso, estão praticamente ausentes nos comentários de António Pinheiro; dos tecnógrafos latinos apenas se vislumbra a presença de Marciano Capela.

Em contrapartida o nosso humanista revela profundo conhecimento e bom uso dos autores clássicos. A necessidade de fornecer ao leitor informação suplementar sobre figuras, instituições e acontecimentos da história antiga, ajuda a entender a prevalência de autores como Tito Lívio, Diógenes Laércio, Plutarco e Aulo Gélio. Mas Pinheiro recorre ainda a Homero, Hesíodo, Platão (*Fedro*, *O sofista*), Tucídides e aos dois Plínios, cita Horácio, Virgílio e Ovídio, Juvenal e Pérsio, os trágicos Sófocles e

²⁰ Sobre os problemas de interpretação que levanta a *Antimoria* vd. MARTINS, J. V. de Pina — *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal*, Lisboa, F.C.G., 1989, pp. 459-466. A este indício da circulação e estima de que gozava o opúsculo de Erasmo entre os escolares de Santa Bárbara, acresce o testemunho de João da Costa, discípulo e amigo de Pinheiro, que, posto a ferros pela Inquisição, confessou ter possuído em França o *Moriae encomium*.

Eurípides, e ainda autores menores como Arato, Calímaco, Filóstrato, Diodoro, Festo e Macróbio.

Se os textos medievais estão praticamente ausentes — as exceções pouco significam, Boécio continuava a merecer a atenção dos humanistas, a *Suda* revelava-se ainda muito útil —, a repercussão do humanismo renascentista é manifesta e extensa, com predomínio, evidente, dos trabalhos de natureza retórica e filológica. Os *Commentarii* de António Pinheiro acusam a recepção da *Rhetorica* de Trebizonda e do *De inuentione dialectica* de Rodolfo Agricola; mantêm constante diálogo com os comentários filológicos de Petrus Mosellanus, Baptista Pio, Jacques-Louis Strébee, Giorgio Merula e Raffaele Regio; valem-se da erudição de Guillaume Budé, Lorenzo Valla, Angelo Poliziano e Robert Estienne; e está bem viva a memória de Erasmo, Pinheiro aponta o *Moriae encomium* como modelo de *oratio laudatiua* e recomenda a leitura do provérbio *Mensa Sybaritica* dos *Adagia*.

Os *In tertium M. Fabii Quintiliani librum luculentissimi Commentarii* de António Pinheiro, editados sete vezes na França e na Itália entre 1538 e 1569, se não alcançaram a repercussão das obras de Camerarius e Mosellanus, estiveram, por certo, entre os comentários a Quintiliano mais difundidos em toda a Europa.

A memória do magistério de António Pinheiro perdura na França ainda depois do seu regresso a Portugal. Pierre de la Ramée chama-lhe mestre consumado na arte de instruir a mocidade, Lèger Duchesne, em 1557, recorda-o como um dos antigos lentes de Santa Bárbara, *uir non minus dicendo quam scribendo felix*²¹. E, em 1566, quase trinta anos passados, a fama de António Pinheiro mantinha-se intacta. O P. Perpilhão, no seu discurso pronunciado em Paris em defesa da Companhia de Jesus, para rebater o argumento daqueles que achavam que os jesuítas, por serem estrangeiros, deviam ser expulsos do país, invoca o nome de António Pinheiro, *eximius artis oratoriae doctor*²².

²¹ QUICHERAT, J. — *Histoire de Sainte-Barbe. Collège, communauté, institution*, Paris. Hachette, 1860, vol. I, p. 246, vol. III, p. 357.

²² «(...) nisi uero aut Franciscum Vicomercatum studiis Philosophiae florentem, aut Bartholomaeum Latinum Rhetorem egregium, aut Antonium Pinum eximium artis oratoriae doctorem. Gallici esse generis dicturi sunt; quorum primum Italum, alterum Germanum, tertium Lusitanum esse constat». Cf. *Petri Joannis Perpiniani Valentini Opera*. Roma, typis Nicolai et Marci Palearini, 1749, t. I, oratio XVI: *Pro societate Iesu*.

Em Espanha encontramos também indícios da propagação e influência dos *Commentarii*. Alfonso García Matamoros na *Pro adserenda Hispanorum eruditione*, ao referir alguns humanistas portugueses, eminentes na eloquência e na retórica, destaca António Pinheiro «et illud suum commentandi genus, quo librum Quintiliani sane difficilem enarrauit, philosophis et eloquentiae studiosis non improbandus»²³.

Belmiro Fernandes Pereira

²³ Vd. LÓPEZ DE TORO, José — *Alfonso García Matamoros, Apologia Pro adserenda Hispanorum eruditione*. Revista de Filología Española, Anejo XXIII, Madrid, 1943.